

O Curso de Pedagogia em Busca de sua Identidade: as Contribui33es da Delibera333o CEE N3 78/2008

Profa. Dra. Maria de Lourdes Ramos da Silva¹

Resumo: Este estudo volta-se para a identidade do curso de Pedagogia, em seus diversos momentos hist33ricos e nos esfor33os empreendidos pelo Conselho Estadual de Educa33o de S3o Paulo (Delibera33o n3 78/2008), para que o Curso possa dedicar-se 3o forma33o do gestor e do professor de Educa33o Infantil e do in33cio do Ensino Fundamental. Cotejamos essa Delibera33o com as respostas oferecidas por estudantes do curso de Pedagogia da FAC-FITO (SP), a respeito das dificuldades que encontraram durante o curso, suas expectativas, as contribui33es para sua forma33o profissional e as mudan33as que fariam. Os resultados apontam conte33dos e pr33ticas que devem ser priorizados na forma33o do professor de educa33o infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Identidade, curso de Pedagogia, Delibera33o n3 78/2008.

Abstract: This paper examines the identity of the courses of faculties of Education, in its historical evolution and in the endeavours of the S3o Paulo State Council for Education (Deliberation 78/2008) in the attempts that the Course may prepare the administrator and teacher of early basic education. The Deliberation is compared with the answers of the students of Faculty of Education of FITO (SP): their difficulties, expectations, and the changes they want to see in their course. Conclusions point out subjects and practices that are important in the preparation of the teacher of early basic education.

Key-words: Identity. Faculty of Education. Deliberation 78/2008.

O pedagogo como t33cnico e como licenciado

O Curso de Pedagogia foi regulamentado pelo Decreto-lei n3 1190, em 1939, face 3o necessidade de se preparar docentes para atuar na escola secund33ria. Seu in33cio foi concomitante 3s licenciaturas, cujo prop33sito era a forma33o de bachareis e licenciados para as diversas 3reas, entre elas a pedag33gica, seguindo a f33rmula 3+1 (tr33s anos de disciplinas de conte33do e um ano de disciplinas pedag33gicas).

O bacharel era formado nos tr33s primeiros anos do curso e ap33s concluir as disciplinas pedag33gicas recebia o diploma de licenciado no grupo de disciplinas que compunham o curso de bacharelado.

Como bacharel, o pedagogo podia ocupar o cargo de t33cnico em educa33o, junto ao Minist33rio da Educa33o, cujas fun333es eram vagas e gen33ricas. J3o como licenciado, seu principal campo de trabalho era a doc33ncia no Curso Normal, um campo que n3o lhe era exclusivo, j3o que de acordo com a Lei Org33nica do Ensino Normal, bastava o diploma de ensino superior para poder lecionar nesse curso (Scheibe e Aguiar, 1999).

¹ Professora Livre-docente da Faculdade de Educa33o da Universidade de S3o Paulo e Coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ci33ncias da FITO - Funda33o Instituto Tecnol33gico de Osasco, SP. E-mail: mlramos@usp.br.

As repercussões da Lei 5540/69 no Curso de Pedagogia

Apesar de alguns retoques feitos na estrutura do Curso de Pedagogia em 1962, só houve realmente alteração com a Lei nº 5540/68, quando se aboliu a distinção entre bacharelado e licenciatura e se criaram diversas habilitações.

O título de licenciado passou a ser o único a ser conferido pelo curso de Pedagogia, mas por outro lado iniciou-se uma longa discussão sobre o direito do pedagogo ao magistério primário, considerando que quem prepara o professor do ensino primário também pode ser professor desse nível de ensino.

Com o Parecer nº 252/69, o curso de Pedagogia passou a ter uma base comum e uma parte diversificada para cada habilitação a ser cursada (orientação educacional, supervisão escolar, administração escolar e inspeção escolar).

Todavia, o curso continuou a ofertar a licenciatura “Ensino das disciplinas e atividades dos Cursos Normais”, com possibilidade de uma formação alternativa para a docência nos primeiros anos do ensino fundamental. O modelo dicotômico inicial perdurou, apesar da mudança de legislação.

Nas décadas seguintes, seguiram-se inúmeros debates relacionados à formação e atuação do pedagogo na realidade escolar. Enquanto algumas faculdades passaram a priorizar a formação docente, abolindo as especializações de seus currículos, outras mantiveram as habilitações em sua forma original e outras ainda optaram por modificar a estrutura e os diversos conteúdos da formação inicial, conferindo-lhe um caráter mais integrado.

Concomitantemente a essas mudanças estruturais ocorridas nos conteúdos dos cursos de Pedagogia nas diversas instituições de ensino, deparamos com inúmeros movimentos organizados por professores e universitários com a perspectiva de chegar a uma reformulação curricular em nível nacional e com a finalidade de transcender o modelo bifurcado que esteve sempre presente na formação do pedagogo.

A LDB de 1996 e o Curso Normal Superior

Embora a LDB (lei nº 9.394/96) tenha exigido a licenciatura em cursos superiores de graduação plena para o exercício do magistério na educação básica, admitiu como formação mínima para a docência em Educação Infantil e início do Ensino Fundamental a formação em nível médio, na modalidade Normal.

Entretanto, o art. 87 da LDB, em seu §4º, instituiu que até o fim da Década da Educação somente seriam admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. Para tanto, estabeleceu no §3º do mesmo artigo que os municípios (amparados pelo Estado e a União quando necessário) deveriam realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando os recursos de educação à distância. Já em relação aos profissionais não docentes, o art. 64 estabeleceu que a formação deveria ser feita em cursos de Pedagogia.

Para cumprir essas determinações da LDB, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo regulamentou, por meio da Deliberação CEE nº 8/2000 e da Indicação CEE nº 7/2000, o Instituto Superior de Educação (ISE), com a finalidade de propiciar aos professores novas oportunidades para experiências de estudos e de práticas curriculares.

Não obstante, a exigência de que os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil com formação em nível médio (modalidade Normal) obtivessem uma licenciatura plena até o final de 2007 ocasionou a abertura desenfreada de inúmeros cursos de educação à distância, muitos deles sem a devida regulamentação e o imprescindível controle.

A LDB de 1996 estabeleceu ainda que a formação de docentes para os níveis iniciais de ensino (Educação Infantil e início do Ensino Fundamental) passasse a ser feita em curso especificamente estruturado para esse fim, denominado curso Normal Superior, contrariando a formação docente em nível superior para o início do Ensino Fundamental que era feita até então por meio de uma habilitação específica no curso de Pedagogia.

Ao considerar insuficiente esse tipo de formação, a LDB de 1996 tornou obrigatórios os Cursos Normais Superiores em todo o Brasil, ficando os cursos de Pedagogia restritos apenas à formação de especialistas.

Assim, entre 1997 e 2006, foram criados inúmeros Cursos Normais Superiores, o que não impediu que os docentes do Curso de Pedagogia, especialmente aqueles vinculados às universidades públicas, iniciassem um movimento reivindicatório para que esse curso continuasse a incluir a formação de docentes para os níveis iniciais do sistema de ensino, além da formação de especialistas.

Após diversas tramitações, o Parecer CNE/CP nº 5/2005 estabeleceu as Diretrizes Curriculares do curso de licenciatura em Pedagogia, que se destinaria ora em diante a formar professores para a Educação Infantil e para o início do Ensino Fundamental. No Ensino Médio, o pedagogo poderia atuar na área de serviços e de apoio escolar, como determinou o Parecer.

Além disso, o Conselho Nacional de Educação assegurou que além da docência para a Educação Infantil e início do Ensino Fundamental, o Curso de Pedagogia assumiria também a formação de profissionais de educação prevista na LDB, no inciso VIII do art. 3º.

Com essa medida, apesar da legislação vigente, o Parecer CNE/CP nº 5 /2005 inviabilizou todos os Cursos Normais Superiores que vinham sendo criados a partir da LDB, não havendo mais sentido para a sua manutenção, já que deveriam seguir as mesmas diretrizes do Curso de Pedagogia.

Por essa razão, durante 2006 e 2007, os Cursos Normais Superiores foram reorganizados, bem como os de Pedagogia, os quais também foram transformados para atender à Resolução nº 5 do CNE, visto que muitos deles não ofereciam habilitações para os níveis iniciais.

A Resolução CNE/CP nº 1/2006 representou o ponto final dessa polêmica e atribuiu ao Curso de Pedagogia a responsabilidade de formar docentes para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como em cursos de Ensino Médio (modalidade Normal). Além disso, o licenciado em Pedagogia poderia ainda atuar na área de serviços e de apoio escolar em cursos de Educação Profissional e em outras áreas nas quais estejam previstos conhecimentos pedagógicos (como gestão escolar).

Portanto, a Resolução nº 1/2006 extinguiu as habilitações dos Cursos de Pedagogia, solicitando um novo projeto pedagógico àquelas instituições que até aquele momento ainda ministravam o Curso Normal Superior e pretendiam transformá-lo em curso de Pedagogia.

Além da reorganização dos cursos de Normal Superior, foram instituídos programas de complementação de estudos para egressos e matriculados em ambos os cursos, de forma que se pudessem beneficiar das prerrogativas dos novos cursos de Pedagogia.

Não obstante, todo esse processo de adaptação tem sido dificultado face ao leque amplo de competências a serem adquiridas pelos alunos de Pedagogia (exercício do magistério na Educação Infantil e início do Ensino Fundamental, bem como gestão

escolar) e à falta de indicações precisas sobre qual espaço deve ser ocupado pelas formação docente para os níveis iniciais no conjunto do currículo do curso de Pedagogia.

O Curso de Pedagogia após 2007

A partir da Resolução CNE/CP nº 1/2006, o curso de Pedagogia tem como finalidade básica a formação de professores para a Educação Infantil e para as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Neste caso, pode-se afirmar que o docente formado pelo curso de Pedagogia vai desempenhar um papel crucial em relação ao futuro educacional de todas as crianças, já que é ele quem lhes apresentará os universos culturais e científicos relacionados às ciências, à matemática, à história, geografia e língua portuguesa.

Embora a formação de docentes para atuar no início da Educação Básica tenha representado sempre um ponto chave da política educacional nacional, já que um dos fatores fundamentais da educação básica de qualidade se baseia na busca de docentes competentes e comprometidos com o trabalho desenvolvido, hoje o problema se agrava em função da inclusão crescente de camadas sociais diferenciadas e do atendimento de uma demanda escolar cada vez mais ampla. E embora não haja mais uma exclusão explícita, há ainda uma exclusão velada, pois sem a garantia de uma escolarização sólida, não há como difundir a todos os alunos o direito à cidadania e à convivência democrática.

Portanto, se almejamos uma verdadeira democracia, a tarefa da inclusão escolar numa escola de qualidade deverá ser sem dúvida nossa meta prioritária. Mesmo que o custo seja alto, não há outra saída para a educação brasileira neste momento. A partir de um diagnóstico realista dos problemas a serem enfrentados, é preciso arregaçar as mangas e partir rumo a uma educação que faça a diferença.

Todavia, quando se analisa o desempenho da aprendizagem por parte dos estudantes, os resultados deixam muito a desejar, pois as avaliações nacionais do SAEB denunciam um retrocesso no nível de desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental. Tal retrocesso é preocupante, à medida que evidencia desigualdades significativas quanto à apropriação de conhecimentos por parte de alunos oriundos de diversos segmentos sociais, o que dificulta o alcance de uma educação de qualidade para todos.

Entre as crianças que conseguem terminar o Ensino Fundamental, uma porcentagem significativa lê e escreve com dificuldade, o que se torna uma séria restrição à ampliação de seus horizontes culturais. Assim, para enfrentarmos o problema da qualidade de ensino não basta construir prédios adequados ou implantar novos métodos de ensino. É preciso focalizar a aprendizagem dos alunos e buscar formas alternativas para ensiná-los.

No momento atual, os desafios da Educação Básica de qualidade que se colocam para a sociedade paulista baseiam-se em três conjuntos de fatores, que por sua vez se entrelaçam de forma indelével: profissionais competentes, recursos materiais e tecnológicos e gestão que possibilite o desenvolvimento de um trabalho conjunto na escola.

O primeiro conjunto de fatores se refere à necessidade de se formar gestores e professores competentes e comprometidos com o trabalho desenvolvido na escola. Esse conjunto se relaciona à formação inicial e continuada dos professores,

principalmente da educação básica, a fim de que possam desenvolver um ensino congruente com as necessidades deste momento histórico e social (Sacristán,1995).

O segundo conjunto se refere aos recursos materiais e tecnológicos que devem existir na escola à disposição do professor, já que hoje eles se afiguram como ferramentas indissociáveis do trabalho pedagógico desenvolvido em aula.

E o terceiro conjunto de fatores refere-se à necessidade de se optar por estilos de gestão e de administração escolar que privilegiem o trabalho em equipe a ser constituído por profissionais harmonizados com os objetivos da escola (Nóvoa,1995).

Embora as condições materiais e tecnológicas sejam fatores relevantes à medida que se colocam como obstáculos decisivos ao desenvolvimento da auto-estima e da motivação docente para atuar com competência, várias pesquisas apontam a deficiência da qualificação docente como uma das principais explicações para o baixo impacto das reformas educacionais nos processos pedagógicos desenvolvidos em sala de aula. Assim, a qualificação docente representa o “calcanhar de Aquiles” que é necessário enfrentar se queremos uma educação de qualidade

As políticas para qualificação docente

A partir das determinações da LDB nº 9.394/96, o Governo do Estado de São Paulo tem dedicado uma atenção especial à formação dos professores da Educação Básica e com a finalidade de propiciar habilitação em nível superior aos professores em exercício nas redes públicas de ensino, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo criou o Programa Especial de Formação Pedagógica Superior (Deliberação CEE 12/2001), cuja validade terminou em 21/12/2007.

Além da USP, UNESP e Unicamp, inúmeras faculdades ligadas a Fundações Municipais do interior do Estado desenvolveram Projetos Especiais de Formação Pedagógica Superior para os professores que tinham apenas formação de nível médio, como a Fundação do Instituto Tecnológico de Osasco, SP, que formou 471 profissionais de Educação Infantil nos anos letivos de 2005 e 2006, sendo que muitos buscaram posteriormente a continuidade de seus estudos em cursos de Pedagogia.

Embora o impacto dessa iniciativa no desempenho dos alunos seja difícil de avaliar, considera-se positivo uma vez que propiciou um pequeno aumento na média dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que ainda está longe da média mínima que caracteriza um desempenho considerado satisfatório.

Paralelamente a tais esforços, diversos recursos foram canalizados para o aperfeiçoamento do pessoal docente em exercício, com a oferta de programas de formação continuada para os docentes da educação básica, desenvolvidos principalmente pela USP, UNESP e UNICAMP, cujos efeitos, infelizmente, não se fizeram sentir como era esperado, já que para haver reversão de qualidade no ensino paulista é preciso buscar projetos políticos continuados, com metas definidas e pontuais.

Apesar dessa complexidade, a formação inicial do docente de Educação Básica se afigura como fundamental na busca de uma Educação Básica de qualidade. E não se trata apenas de oferecer formação em nível superior. Nem de propiciar a obtenção de um diploma em nível superior em cursos de educação à distância. Principalmente na Educação Infantil e no 1º ciclo do Ensino Fundamental, é importante contar com professores competentes, comprometidos e atentos às demandas da sociedade contemporânea.

Por outro lado, o trabalho docente torna-se cada vez mais complexo e diversificado, o que exige uma política de formação continuada que permita ao

professor o entendimento das transformações que incidem sobre a vida social. Por essa razão, qualquer iniciativa relacionada ao desenvolvimento da educação em nosso país esbarra necessariamente com a formação do professor.

A Deliberação CEE nº 78/2008

A Deliberação nº 78/2008, editada pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo ao final de 2008, teve a finalidade de incentivar os cursos de licenciatura a se adequarem de modo mais pontual às tarefas de ensino propriamente ditas. Por essa razão, estipula que as IES pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, respeitando-se a autonomia universitária que possuem, deverão adaptar-se às novas disposições até o início de 2010.

No que tange ao curso de Pedagogia, objeto deste artigo, a Deliberação se preocupa em defender alguns aspectos considerados como essenciais à formação do pedagogo, face à multiplicidade curricular que se estabeleceu a partir da transformação dos cursos Normais Superiores em Cursos de Pedagogia.

Diante de tal finalidade, a Deliberação divide o Ensino Fundamental em duas etapas: 1º ciclo (1º ao 5º ano) e 2º ciclo (6º ao 9º ano), sendo que esses ciclos podem ser subdivididos pedagogicamente conforme o projeto da Rede ou da Escola.

A referida Deliberação prevê ainda que os cursos de Pedagogia dediquem um mínimo de 1600 horas com a finalidade específica de formar docentes para os anos iniciais do Ensino Fundamental e para a Pré-Escola, incluindo, na estrutura curricular do curso, os seguintes conteúdos organizados em blocos:

1-) Bloco de estudos complementares à formação obtida no Ensino Médio, que incluam:

- a-) ampliação do domínio de língua portuguesa falada e escrita, desenvolvendo a competência para entender, produzir e utilizar diferentes gêneros de textos;
- b-) conteúdos fundamentais ao ensino da matemática e à utilização de estatísticas e indicadores educacionais;
- c-) sistematização do conhecimento da constituição histórica das grandes divisões sócio-políticas e econômicas, do Brasil e do mundo globalizado;
- d-) consolidação do conhecimento básico das ciências exatas e da terra, e que pode ser oferecido como história das ciências;
- e-) ampliação dos conhecimentos na área de biologia, incluindo a vida no planeta, elementos de genética, o corpo humano, saúde e doença;
- f-) o uso do computador e sua aplicação didática para a pesquisa.

2-) Bloco pedagógico e disciplinas de apoio, composto por estudos e componentes curriculares que tratem da gestão, planejamento e organização do ensino, da fundamentação teórica das práticas pedagógicas e dos aspectos que influenciam no sucesso escolar do aluno. Para tanto, devem incluir os seguintes estudos:

- a- fundamentação teórica das práticas pedagógicas próprias ao ensino de crianças de 0 a 11 anos, associadas à História da Educação;
- b- psicologia do desenvolvimento infantil (motor, social, afetivo e cognitivo) de 0 a 11 anos, incluindo aspectos que influem no sucesso escolar;
- c- organização e problemas do sistema educacional brasileiro: pré-escola e séries iniciais do ensino fundamental;
- d- avaliação na pré-escola e nas séries iniciais ou 1º ciclo do Ensino Fundamental;

e- gestão e planejamento escolar aplicadas à pré-escola e ao 1º ciclo ou séries iniciais do Ensino Fundamental.

3-) *Bloco didático*, que deve compreender:

a-) análise reflexiva dos conteúdos, procedimentos e orientações da pré-escola e das séries iniciais do ensino fundamental;

b-) elaboração de práticas pedagógicas adequadas para transmitir os conteúdos curriculares;

c-) alfabetização e ensino posterior da língua portuguesa;

d-) ensino da matemática, geografia, história, ciências, artes e educação física.

4-) *Bloco de desenvolvimento cultural*, que inclui::

a-) orientação de atividades extracurriculares, tais como: visitas a museus, teatros, jardins zoológicos, concertos, bibliotecas, cinemas, monumentos e organização de rodas de leitura;

Além desses aspectos, a Deliberação determina, em seu art. 4º, a obrigatoriedade do estágio profissional que terá a carga mínima de 300 horas, sendo 200 horas voltadas para atividades de docência na pré-escola e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e 100 horas dedicadas às atividades de gestão escolar.

Finalmente, no art. 7º, a Deliberação 78/2008 estabelece que a formação profissionais docentes para a Educação Especial, visando à atuação em pré-escolas e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, terá uma carga mínima de 400 horas e será feita na forma de estudos complementares nos Cursos de Pedagogia ou Normal Superior.

A complementação feita pela Deliberação nº 78/2008 às Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia tem como principal finalidade oferecer ao futuro professor do 1º ciclo do Ensino Fundamental uma formação mais interdisciplinar e mais ampla, considerando que o pedagogo necessita de um maior domínio das informações que circulam em diferentes áreas do conhecimento e da compreensão da relação entre elas.

Por outro lado, as novas exigências feitas às escolas hoje e os múltiplos desafios da vida contemporânea impõem inevitavelmente aos docentes uma revisão de conceitos e a busca de novas teorias sobre o que seja educar neste início de século.

Além disso, é preciso que o futuro docente esteja preparado para entender as características do novo alunado, já que a universalização de acesso à escola propiciou a entrada de crianças de etnias e classes sociais diferentes, muitas delas sem ter tido nenhum contato com a cultura letrada antes de ir para a escola. Atualmente, a escola acolhe inúmeras crianças oriundas de famílias monoparentais, com único provedor, em geral a mãe, em cujas casas não há livros, jornais ou revistas e nem lápis e papel.

À medida que o curso de Pedagogia tem a finalidade de formar gestores e docentes para a Educação Infantil (creche e pré-escola) e 1º ciclo do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), é importante que contemple cada uma dessas idades e que prepare o futuro professor para trabalhar diferentemente com cada uma dessas faixas etárias, já que a pré-escola é muito diferente tanto da creche quanto da 1ª série do Ensino Fundamental.

Na creche, o cuidar é muito importante, já que o profissional interage com crianças de 0 a 3 anos. Assim, a hora do banho, da alimentação e das brincadeiras devem representar oportunidades múltiplas para estimular as crianças principalmente em seu desenvolvimento afetivo e motor.

Na pré-escola, as crianças devem ser estimuladas a fazer as coisas por si próprias, tais como comer, vestir, usar o banheiro, lavar as mãos e escovar os dentes. É crucial que a criança se familiarize com um espaço diferente de sua casa e aprenda a respeitar os outros, a esperar sua vez e a ser solidária com os colegas. É importante ainda que a criança possa manusear livros e revistas e que desenvolva atividades como cortar, colar, desenhar e colorir, visto que tais atividades são muito importantes para o posterior domínio do uso do lápis, que é fundamental na alfabetização.

O 1º ciclo do Ensino Fundamental, por sua vez, é considerado o ponto crítico do ensino, já que a criança vai aprender a ler e a escrever, a realizar operações simples de matemática e a adquirir noções elementares de Geografia, História e Ciências, que são indispensáveis para a compreensão do mundo que as cerca e para o prosseguimento dos estudos.

Por essa razão, é fundamental que possamos contar com professores competentes e comprometidos, que saibam interagir satisfatoriamente com os alunos, sem preconceitos de nenhuma espécie, cujas conseqüências são invariavelmente funestas e irreversíveis.

Além disso, os docentes do início do Ensino Fundamental necessitam de uma formação geral e diversificada, que lhes permita ajudar o aluno a pensar sobre o que as coisas querem dizer e sobre o significado de suas existências, decodificando paulatinamente o universo de suas dúvidas e incertezas, com base em valores éticos fundamentais ao convívio humano,

Mas será que estamos conseguindo formar professores com essa formação interdisciplinar? Por que a formação que o curso de Pedagogia consegue oferecer é na maior parte das vezes pulverizada e dicotômica? Por que o aluno de Pedagogia tem tanta dificuldade de relacionar os conhecimentos que são trabalhados pelas diversas disciplinas? O que falta? Um planejamento mais integrado? Professores com experiência no magistério infantil que possam transmitir essa experiência? Professores que dialoguem mais? (Silva, 2008).

Niskier (2008) denuncia que os cursos de Pedagogia são inaptos para formar bons profissionais e que muitos estudantes de Pedagogia trazem consigo limitações oriundas de uma educação básica falha, que os leva a cometer erros crassos de ortografia, a ter dificuldade na compreensão de textos e a desconhecer os conceitos científicos imprescindíveis.

Por outro lado, segundo o autor, o curso de Pedagogia valoriza a teoria e menospreza a prática de sala de aula, principalmente os estágios. O trabalho do professor em sala de aula é deixado de lado, em função de teorias pedagógicas muitas vezes ultrapassadas e sem nenhuma contribuição efetiva.

Consideramos que tais questionamentos são importantes se queremos construir um curso de Pedagogia com uma identidade coesa, empenhado em formar docentes capazes de acolher os alunos por mais diferentes que sejam de si próprios, e de conduzi-los paulatinamente ao universo das letras, da história e da geografia, da matemática e das ciências.

Pesquisa de Campo: dificuldades e expectativas dos alunos do curso de Pedagogia

Com a finalidade de cotejarmos as dificuldades e expectativas dos alunos do Curso de Pedagogia com as determinações da Deliberação 78/2008, entrevistamos 30 estudantes que cursam o 1º e o 3º semestre do Curso de Pedagogia de uma Faculdade Municipal do Município de Osasco (SP).

A amostra de nossa pesquisa é composta por 93% de docentes do sexo feminino, com idades entre 27 e 45 anos, sendo que 90% residem em Osasco e os 10% restantes em Municípios próximos, como São Paulo e Carapicuíba. Do total da amostra, 67% são casados e possuem de um a dois filhos.

Em relação ao Ensino Médio, 37% cursaram o supletivo e 63% cursaram o Curso regular (Ensino Médio ou Ensino Médio Técnico). A maioria concluiu o Ensino Médio nos anos finais da década de noventa (século XX).

Perguntamos aos estudantes quais as maiores dificuldades que encontraram durante a realização do curso, quais as expectativas que possuem, o que o curso tem oferecido para o seu desenvolvimento profissional e que mudanças seriam oportunas.

Quanto às **dificuldades** encontradas pelos alunos durante o curso, obtivemos as seguintes respostas:

- ler e escrever textos;
- entender os professores;
- elaborar provas dissertativas;
- pensar nos problemas sem relacioná-los a uma determinada prática;
- pensar em diversos argumentos sobre um mesmo problema;
- relacionar vários assuntos;
- entender como se processa a aprendizagem;
- compreender como se processa o letramento e a alfabetização.

Em relação às **expectativas** que os alunos de Pedagogia possuem com respeito ao curso, obtivemos os seguintes relatos:

- adquirir preparação pedagógica para trabalhar com as crianças;
- entender como as crianças aprendem;
- aprender modos de ensinar crianças de meios sociais diversos;
- entender melhor o desenvolvimento infantil e psicológico das crianças;
- aprender a alfabetizar;
- aprender alguns conteúdos de matemática que foram esquecidos e a melhor forma de ensiná-los às crianças;
- realizar estágios que permitam entender como a docência se efetiva na prática;
- aprender a tratar com a violência, a apatia e a indisciplina em sala de aula.

No tocante às **contribuições** que o curso de Pedagogia tem propiciado para o desenvolvimento profissional dos alunos, obtivemos as respostas que se seguem:

- me possibilitou o acesso a eventos culturais, tais como teatros, museus etc.;
- me possibilitou discutir experiências e informações muito interessantes;
- me tornou uma pessoa mais consciente das dificuldades relacionadas ao ensino;
- me fez entender as diferenças entre a educação na pré-escola e no início do ensino fundamental;
- me tornou mais consciente dos problemas educacionais brasileiros;
- me tornou mais crítico em relação às diversas medidas que são tomadas pelos poderes públicos.

Já em relação às **mudanças** que deveriam ser introduzidas no curso, obtivemos os seguintes relatos:

- mais entrosamento entre as diversas disciplinas. Algumas estão soltas.
- mais ensino de língua portuguesa para escrevermos melhor;
- estudo de modos alternativos de ensinar crianças que cresceram em contextos diferentes dos nossos;
- aprender certos conteúdos importantes da matemática, que foram esquecidos ou que nunca foram aprendidos de verdade;
- mais tempo disponível para realizar estágios, pois é na prática que aprendemos “pra” valer;
- mais atividades artísticas, principalmente teatros e museus, pois quando saímos com os professores aprendemos muito e não temos condições para visitá-los por conta própria;
- mais subsídios para aprender a tratar a violência em classe. Não sabemos o que fazer;
- mais subsídios para aprender a enfrentar a indisciplina e apatia em sala de aula. É difícil fazer frente à indiferença e à falta de comunicação que se instala a partir daí..
- mais conhecimentos relacionados à prática de sala de aula e à atuação do professor na realidade escolar

Conclusões

Várias das respostas obtidas nas entrevistas vão ao encontro das preocupações que motivaram a elaboração da Deliberação CEE nº 78/2008, propiciando-nos algumas reflexões relevantes.

Se o curso de Pedagogia deve se adequar às tarefas de ensino próprias da Educação Infantil e do 1º ciclo do Ensino Fundamental, é essencial que as deficiências de formação anterior sejam reconhecidas e trabalhadas, principalmente através do estudo, re-estudo ou aprofundamento de conhecimentos da área da língua portuguesa, matemática, biologia, história e geografia.

De acordo com as respostas obtidas pelos sujeitos da amostra, as maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos de Pedagogia recaíram sobre dificuldades na redação, sobre o entendimento de textos de complexidade mediana e sobre a resolução de problemas de matemática simples, o que vem ressaltar as limitações dos egressos no tocante à formação anterior nesses itens.

Considerando que um número considerável de alunos parou de estudar há mais de dez anos e que um número significativo deles teve acesso apenas ao curso supletivo, faltam-lhes frequentemente subsídios para entender as leituras e para escrever corretamente.

Em relação às expectativas que acalentam com relação ao curso de Pedagogia, a maioria dos sujeitos da amostra indicou a necessidade de rever certos conteúdos de matemática e de aprender práticas pedagógicas para trabalhar os diversos conteúdos curriculares em classe, bem como aprender a tratar com a violência e a enfrentar a indisciplina e a apatia.

Ainda em relação às contribuições do curso para o desenvolvimento pessoal e profissional, os entrevistados destacaram o conhecimento dos problemas do sistema brasileiro de educação e as atividades extracurriculares, já que a maioria não tem oportunidade de frequentar teatros e museus por conta própria.

Por fim, em relação às mudanças que deveriam ser introduzidas no curso de Pedagogia da Fundação Instituto tecnológico de Osasco (SP), as respostas indicaram a

necessidade de um maior entrosamento entre as diversas disciplinas, um aprofundamento na leitura e produção de textos, mais conhecimentos relacionados aos estágios físicos e psicológicos da criança, mais subsídios relacionados à violência, indisciplina e apatia em sala de aula e mais atividades práticas.

Além desses aspectos, os alunos reivindicaram mais tempo para realizar estágios, uma vez que a maioria trabalha em tempo parcial ou integral e não pode dedicar-se da forma como gostaria, conforme afirmou uma das alunas:

É difícil ser professor atualmente, porque a docência na educação infantil e do ensino fundamental é muito desvalorizada socialmente... E o professor também é culpado, porque ele se acomoda e não dá continuidade à sua formação... Assim, a função da docência é desvalorizada pela sociedade, pelo próprio professor, sem falar do aluno e dos poderes públicos... Acho que o curso de Pedagogia me proporcionou uma conscientização muito importante, mas me deixou muito dividida [...] não sei o que fazer depois que o curso terminar [...] Será que vou ter condições para ensinar aos meus alunos todos os conhecimentos necessários? Como vou ensinar se eu mesmo sinto que ainda preciso aprender tanto? (Dulce, 26 anos, secretária)

Referências Bibliográficas

- Deliberação CEE nº 12/2001 (Programas Especiais de Formação Pedagógica Superior)
- Deliberação CEE nº 78/2008 (Normas complementares para a formação dos profissionais docentes em cursos de licenciatura para a educação básica vinculados ao sistema estadual e ressalvada a autonomia universitária)
- Deliberação CEE nº 8/2000 (Instituto Superior de Educação)
- Indicação CEE nº 7/2000 (Instituto Superior de Educação)
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/1996.
- Lei nº 5540/1968 (Normas para organização e funcionamento do Ensino Superior).
- Parecer CNE/CP nº 5/2005 (Objetivos do Curso de Pedagogia)
- Parecer 252/69 (Habilitações no curso de Pedagogia)
- NISKIER, Arnaldo. Educação em crise. **Jornal Folha de São Paulo**, 12/12/2008, p 3.
- Resolução CNE/CP nº 1/2006 (Diretrizes dos cursos de Pedagogia)
- NÓVOA, A (org.) **Profissão Professor**. Porto: Porto Edit, 1995.
- SACRISTÁN, J G. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NOVOA, A. (org.) **A Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1995, p. 63-80.
- SCHEIBE, Leda e AGUIAR, Márcia Ângela. Formação de profissionais no Brasil. O curso de pedagogia em questão. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 20, n. 68, Campinas, Dec. 1999.

SILVA, Maria de Lourdes Ramos. Profissionais de Educação Infantil: representações, saberes e práticas. In LAUAND, Jean (**Org.**) **Filosofia e Educação**. Estudos 10. São Paulo: Factash Editora, 2008.

SILVA, Maria de Lourdes Ramos. Profissionais de Educação Infantil: em busca da competência na prática cotidiana. In LAUAND, Jean (**Org.**) **Filosofia e Educação**. Estudos 5. São Paulo: Factash Editora, 2007.

Recebido para publicação em 12-07-09; aceito em 31-07-09